

JAMES HOLSTON

Cidadania insurgente

Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil

Tradução
Claudio Carina

Revisão técnica
Luísa Valentini



COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright do texto © 2013 by James Holston

*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,
que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

Título original

Insurgent Citizenship: Disjunctions of Democracy and Modernity in Brazil

Capa

warrakloureiro

Foto de capa

Lalo de Almeida

Preparação

Leny Cordeiro

Índice remissivo

Probo Poletti

Revisão

Luciana Baraldi

Luciana Helena Gomide

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Holston, James.

Cidadania insurgente : disjunções da democracia e da modernidade no Brasil / James Holston ; tradução Claudio Carina ; revisão técnica Luisa Valentini. — 1^a ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2013.

Titulo original : Insurgent Citizenship: Disjunctions of Democracy and Modernity in Brazil

ISBN 978-85-359-2303-2

1. Antropologia urbana — Brasil 2. Cidadania — Brasil 3. Democracia — Brasil 4. Leis — Aspectos políticos — Brasil 5. Periferias urbanas 6. Política — Brasil 7. Posse da terra 8. Propriedade — Aspectos sociais — Brasil 9. São Paulo (Cidade) — Condições sociais 10. Sociologia urbana — Brasil i. Valentini, Luisa. II. Título..

13.06399

CDD-307.760981

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Cidadania : Antropologia urbana : Sociologia 307.760981

[2013]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

Fax: (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

Sumário

<i>Lista de imagens e tabelas</i>	11
<i>Prefácio</i>	13
 PARTE UM — RUPTURAS	
1. A cidadania estranhada.....	21
Reputação pública e cidadania no cotidiano.....	37
Cidadanias específicas.....	42
Tratando o desigual desigualmente.....	52
A história como argumento sobre o presente.....	61
 PARTE DOIS — DESIGUALDADES	
2. Nações in/divisíveis.....	67
Formulações comparativas.....	69
A indivisibilidade francesa.....	73
A restrição americana.....	84
A inclusão brasileira.....	96
3. Limitando a cidadania política.....	120
Os surpreendentemente abrangentes direitos coloniais.....	122

Restrições com a Independência.....	127
Um grande passo de volta à oligarquia.....	140
A urbanização e a equiparação de direitos.....	145
4. Restringindo o acesso à propriedade fundiária	155
Propriedade, personalidade e legitimidade civil.....	157
Terra, trabalho e lei.....	160
<i>O emaranhado colonial da posse da terra</i>	162
<i>Reforma agrária nacional, escravidão e trabalho livre de imigrantes..</i>	169
<i>A Lei de Terras de 1850.....</i>	178
A lei e o mercado de terras se tornam cúmplices de fraude.....	185
Ilegalidade, desigualdade e instabilidade como normas	193
5. Segregando a cidade.....	197
Centro e periferia	198
Expulsando trabalhadores e administrando a sociedade.....	209
Autoconstruindo as periferias	219
Direitos sociais para o trabalho urbano.....	245
Uma cidadania diferenciada.....	258

PARTE TRÊS — INSURGÊNCIAS

6. Legalizando o ilegal.....	265
A periferia ilegal	269
Um caso de grilagem no Jardim das Camélias.....	278
Histórias de origens dúbias.....	285
<i>As alegações federais de propriedade: sesmarias e índios</i>	287
<i>As alegações de propriedade de Ackel: posse e direitos dos invasores..</i>	290
<i>As alegações de propriedade da Adis e do estado de São Paulo ...</i>	291
O mau governo da lei.....	295
7. Cidadãos urbanos.....	302
A nova participação cívica.....	305
<i>A mobilização do Lar Nacional</i>	312
<i>Reinventando a esfera pública</i>	320
Novos alicerces dos direitos.....	327
<i>Direitos como privilégio</i>	329
<i>Direitos de contribuidor.....</i>	336
<i>Direitos por escrito</i>	340

PARTE QUATRO — DISJUNÇÕES

8. Os perigosos espaços da cidadania	349
Incivilidades cotidianas	354
In/justiça	365
A fala dos comandos e a fala dos direitos	385
Cidadanias insurgentes e democracias disjuntivas	396
 <i>Notas</i>	403
<i>Bibliografia</i>	449
<i>Índice remissivo</i>	463

PARTE UM
RUPTURAS

1. A cidadania estranhada

Todos os Estados nacionais lutam para administrar as diferenças sociais que distinguem entre seus habitantes. Algumas das medidas por eles adotadas são drásticas, como escravidão, migração forçada e genocídio. Mas a maior parte deles administra essas diferenças de acordo com as formulações de igualdade e de desigualdade que definem suas cidadanias. As democracias, em particular, prometem cidadanias mais igualitárias e, com isso, mais justiça e dignidade na organização dessas diferenças. Na prática, porém, a maioria das democracias vivencia conflitos tremendos entre seus cidadãos, na medida em que seus princípios entram em choque com preconceitos quanto aos termos da incorporação nacional e da distribuição de direitos. Na realidade, os conflitos entre cidadãos aumentaram significativamente com as extraordinárias democratização e urbanização do século xx. Assim, a insurgência mundial de cidadanias democráticas ocorrida nas décadas recentes rompeu com fórmulas estabelecidas de governo e de privilégio nas mais diversas sociedades. O resultado é um emaranhado entre a democracia e seus opositores em que novos tipos de cidadãos surgem para expandir a cidadania democrática, ao mesmo tempo que novas formas de violência e exclusão a corroem. Além disso, se as cidades têm sido, ao longo da história, palco de desenvolvimento da cidadania, a urbanização global cria condições especialmente voláteis na medida em que as cidades

se enchem de cidadãos marginalizados e de não cidadãos que contestam sua exclusão. Nesses contextos, a cidadania é desordenada e desordenadora.

Este livro estuda os engajamentos de uma cidadania específica em tais processos de mudança. Toma o caso do Brasil como paradigmático de um tipo de cidadania que todas as nações desenvolveram em algum momento e que permanece entre os mais comuns: uma cidadania que administra as diferenças sociais legalizando-as de maneiras que legitimam e reproduzem a desigualdade. A cidadania brasileira se caracteriza, além disso, pela sobrevivência de seu regime de privilégios legalizados e desigualdades legitimadas. Ela persistiu sob os governos colonial, imperial e republicano, prosperando sob a monarquia, a ditadura e a democracia. Mas este livro revela também que os mais entrincheirados regimes de cidadania desigual podem ser desfeitos por movimentos de uma cidadania insurgente. Mostra que desde a década de 1970 as classes trabalhadoras vêm formulando nas periferias das cidades brasileiras uma cidadania insurgente que desestabiliza o entrincheirado. Argumenta que a experiência nessas periferias — em especial as provações da moradia ilegal, da construção de residências e dos conflitos de terra — se torna simultaneamente contexto e substância de uma nova cidadania urbana. Ao contrário do que preveem muitas teorias sociais dos séculos XIX e XX sobre as classes trabalhadoras, integrantes dessas classes se tornaram novos cidadãos, não por meio de lutas trabalhistas, mas pelas lutas pela cidade — um processo prevalente, como proponho, em todo o Sul do planeta. Portanto, este livro trata da persistência da desigualdade e de sua contestação. Não apresenta, contudo, uma progressão linear. Em vez disso, mostra que as formulações históricas dominantes da cidadania ao mesmo tempo produzem e limitam possíveis formulações em contrário. Como resultado, o insurgente e o entrincheirado permanecem ligados num emaranhado perigoso e corrosivo.

Na primeira vez em que estive no Brasil, em 1980, eu raramente ouvia a palavra “cidadão” ou “cidadania” em conversas cotidianas. Claro que as pessoas falavam sobre seus direitos específicos, mas o faziam sem relação aparente com a ideia de cidadania. Era como se os direitos existissem à parte, conferidos por outros estatutos que não o de cidadão, como o de trabalhador. Quando ouvia alguém usar a palavra “cidadão”, quase sempre ela tinha um sentido diferente para os brasileiros de todas as classes. Significava alguém com quem o interlocutor não tinha uma relação significativa, um outro anônimo, um zé-ninguém

— uma pessoa destituída de direitos. Quando eu perguntava sobre o tema diretamente, muitos se descreviam como cidadãos brasileiros e explicavam como sua cidadania havia mudado sob a ditadura militar no Brasil (1964-85). Algumas vezes, em nossas conversas, as pessoas usavam essa palavra também como uma condição de respeito, para reclamar que não eram “tratadas como cidadãos, mas como marginais”, por exemplo, pelos funcionários públicos. Mas ao mesmo tempo, entre si, usavam “cidadão” para se referir à insignificante existência de alguém no mundo, em geral numa circunstância infeliz ou desvalorizada. Diziam que “aquele sujeito é um cidadão qualquer”, o que significava “um ninguém”. Faziam-no para deixar claro que a pessoa não era da família, nem amigo, vizinho, conhecido, colega, concorrente ou qualquer um que tivesse uma identidade familiar — para estabelecer, em suma, não apenas a ausência de uma relação pessoal, mas também a rejeição de uma relação comensurável que implicasse normas igualmente aplicadas. “Cidadão” indicava distância, anonimato e nada em comum.*

Nessa formulação, cidadania é uma medida de diferença e uma forma de distanciar as pessoas umas das outras. O termo lembra as pessoas do que elas não são — embora, paradoxalmente, elas próprias sejam cidadãos — e define os cidadãos como outros. Chamo essa formulação de cidadania diferenciada, porque ela se funda na diferenciação e não na equiparação de tipos de cidadãos. Além disso, a cidadania diferenciada considera que o que esses outros merecem é a lei — não no sentido da lei como direitos, mas da lei como desvantagem e humilhação, uma noção expressa com perfeição na máxima brasileira que diz “para os amigos, tudo; para os inimigos, a lei”. Para pessoas como eu, acostumadas à retórica de uma democracia liberal que enfatiza a centralidade da lei como direito e da cidadania em todas as relações sociais, essa expressão apresentava uma articulação radicalmente diferente de proximidade e distância na ordem social. Achei isso difícil de entender, e o aforismo, que fazia sentido imediato para os brasileiros que eu interpelava, se tornou emblemático durante meu

* Em inglês, *common*. Notar que a ideia do “comum” (*common*) — como, mais adiante, em “experiência do comum” — se refere, na formulação do autor, àquilo que é igualmente compartilhado e, em especial, à vigência de uma igualdade de direitos entre os cidadãos de uma comunidade política. O autor não perde de vista, por isso, a acepção frequentemente negativa dessa ideia no contexto da diferenciação social brasileira.

trabalho de campo e minhas tentativas de mapear um território desconhecido de pressupostos sociais tácitos.¹

Vinte anos depois da minha desorientação inicial, eu estava em São Paulo durante a vitoriosa campanha presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT). Foi uma vitória maciça e empolgante, comemorada com bandeiras vermelhas de “cidadania”, “democracia” e “justiça social”. Percebi que os residentes das periferias com quem eu trabalho votaram em Lula não apenas para exigir futuras mudanças, mas também para reivindicar como emblematicamente sua uma história de vida envolvendo tudo que já havia mudado: uma história de industrialização, de migração urbana, de transformação das cidades e de luta pela cidadania que refez o Brasil nos últimos cinquenta anos. É uma história que muitos desses votantes viveram e que Lula personifica de forma carismática. Sua figura os estimula não só por sua própria migração para São Paulo, vindo do Nordeste quando garoto, se identificar com a deles, mas também porque suas experiências de pobreza e de realizações na cidade exemplificam uma narrativa de mudança urbana com as quais se identificam. Embora Lula tenha continuado pobre, as condições urbanas da pobreza não eram estagnantes: ele se tornou um trabalhador de fábrica e um pioneiro urbano, na medida em que ele e legiões de outros migrantes alimentaram o crescimento industrial da cidade de São Paulo e transformaram suas periferias ao converter os barracos que tiveram de construir em casas de tijolo e ao urbanizar seu entorno. Com seu trabalho, eles se tornaram trabalhadores de indústria modernos em periferias urbanas que construíram no “mato”. Em 1980, desafiaram o regime militar com a mobilização nas fábricas. Mais importante, fundaram um partido político próprio, o PT, que ganhou uma força impressionante organizando os bairros da periferia por meio de uma mistura de políticas de esquerda e catolicismo popular. Depois de três tentativas fracassadas à Presidência, Lula e o PT venceram, com mais de 60% dos votos do país, ao comprometerem-se com a construção de um “pacto social” envolvendo todos os cidadãos e de uma “justiça social” para os pobres.

As classes trabalhadoras de todo o Brasil não votaram maciçamente em Lula apenas para comemorar uma história de ascensão. Afinal, seu adversário, José Serra, superou a infância de classe baixa para se tornar um renomado economista. Quem elas finalmente decidiram eleger para o mais alto posto foi um homem que fez sua campanha explicitamente como cidadão não pertencente à elite — não apenas como “o brasileiro igual a você”, que foi o slogan da primeira

campanha fracassada, contra o perfil aristocrático de Fernando Collor de Mello, mas como um homem que havia triunfado sem aderir à elite, que tinha dado certo por conta de sua experiência do comum, e que apresentou seu sucesso individual como expressão coletiva.² Lula ganhou a maioria esmagadora do voto dos moradores dos meus bairros das periferias de São Paulo — e acho que posso generalizar para as periferias pobres de todo o Brasil — porque eles reconheceram o sucesso desse aspecto do comum como a melhor possibilidade de refazer um país deteriorado pela convergência de uma grande riqueza com uma desigualdade grotesca.

Nesse reconhecimento, a história de Lula tocou o nervo profundo do messianismo da imaginação popular brasileira. Na noite da eleição, em outubro de 2002, fiquei espantado com o número de pessoas, a maioria da classe trabalhadora, que vi chorarem abertamente pelas ruas de São Paulo depois da vitória de Lula. As pessoas ficavam muito emocionadas quando me falavam sobre o Lula que conheciam como um trabalhador e um homem das periferias, quando tentavam explicar o que era aquela experiência de ser um homem comum e o que significava para eles que aquele homem se tornasse presidente. As lágrimas jorravam de sua dolorosa e apaixonada vontade de que o Brasil “desse certo”, tanto quanto de seu sofrimento. Tal é a frustração dos trabalhadores brasileiros. Eles desejam que o país vá bem, depois de tantos equívocos, que seu trabalho seja valorizado, que suas realizações sejam reconhecidas e as injustiças, sanadas. Anseiam por uma partilha justa dos imensos recursos do país, desde sempre monopolizados pela habitual elite afrontosa, mimada e impune que sempre pareceu estar inexoravelmente no controle do destino do Brasil.

Ao ganhar a eleição, Lula representava esse Brasil dos trabalhadores exatamente por vir de periferias “autoconstruídas” — do tipo da periferia urbana empobrecida na qual a maioria dos brasileiros mora hoje em dia e onde constroem, através de um processo chamado de autoconstrução, suas próprias casas, seus bairros e vida urbana. Nessa luta, eles também construíram uma nova esfera de participação, de direitos e de cidadania. Em outras palavras, Lula representa não apenas a autoformação individual de uma São Paulo imigrante e industrial. Ele exemplifica também as experiências coletivas da formação de periferias urbanas e de uma cidadania decorrente em todo o Brasil.

As consequências dessa base carismática no desenvolvimento das duas gestões presidenciais de Lula são complexas e contraditórias, mas estão além do

meu enfoque. Um ponto, porém, é especialmente relevante. O governo de Lula enfatizou os ganhos significativos de poder aquisitivo das classes trabalhadoras como uma das principais realizações de seu mandato.³ Essa ênfase no consumo incomodou muitos de seus partidários. Eles argumentam que desmobiliza o envolvimento político dos cidadãos com “seduções do mercado”, desarmando as exigências de uma verdadeira mudança social que as classes baixas deveriam estar fazendo com gratificações imediatas de ganhos materiais. Esses ganhos, além do mais, são muito pequenos comparados àqueles obtidos pelas classes mais altas durante o governo Lula. Os críticos também afirmam que esse fator mistifica as profundas desigualdades que continuam a caracterizar o Brasil, que, a despeito dos modestos ganhos dos consumidores, tem a terceira *pior* colocação entre *todos* os países no Índice de Desenvolvimento Humano ajustado em termos de desigualdade (IDH-D), de acordo com o mais recente relatório (UNDP, 2010) da Organização das Nações Unidas. Concordo em muitos pontos com essa crítica. O que esses partidários frustrados costumam esquecer, contudo, é que desde o início de sua carreira Lula vem enfatizando a importância do consumo para as classes trabalhadoras. E fez isso por causa de suas consequências na história da autoconstrução. Ou seja, Lula enfatizou o consumo porque este tem sido crucial para o projeto de construção e montagem de uma casa própria no qual o trabalhador pobre tem se empenhado desde a década de 1960.

Assim, a motivação dos moradores das periferias de São Paulo para equipar suas casas em construção com máquinas de lavar, televisores e mobiliário de quartos — normalmente adquiridos a prestação e com altos juros — não tem origem na presidência de Lula. Ela tampouco começa com o Plano Real, que conseguiu eliminar a hiperinflação no Brasil e que foi criado em 1994 pelo antecessor de Lula, Fernando Henrique Cardoso, que merece muito mais crédito do que se dá hoje pela estruturação das condições contemporâneas desse aumento da prosperidade. Na verdade, o importante envolvimento das classes trabalhadoras com o consumo do mercado moderno teve início quando elas começaram a se estabelecer nas periferias, nos anos 1960. Esse envolvimento se consolidou enquanto transformavam seus barracos em casas de alvenaria mais bem-acabadas, um processo que comecei a documentar no início dos anos 1980 nas cidades-satélites de Brasília e, alguns anos depois, em São Paulo.

Esse consumo de utilidades e objetos domésticos teve origem e resultou em duas mudanças profundamente relacionadas aos desenvolvimentos da

cidadania que analiso neste livro. Uma delas foi uma mudança na subjetividade. Quando passaram a construir e montar suas casas, as classes trabalhadoras assumiram as identidades sem precedentes de produtores e consumidores da vida urbana. Suas casas se tornaram textos legíveis que atestam essa mudança, performances arquitetônicas tanto da aquisição de bens individuais e da competição por status como do drama coletivo de produzir as próprias periferias ao se apropriar e transformar o solo mesmo da cidade. Na condição de construtores da cidade, eles passaram a se compreender como portadores de interesses na cidade, como contribuidores fundamentais para sua economia e sua sociedade. Essa identidade de parte interessada na cidade foi a base de uma noção de pertencimento, até então inexistente entre eles, por meio da apropriação e da produção — a noção, com efeito, de uma propriedade baseada no uso produtivo —, que consolidou, por sua vez, um novo tipo de direito adquirido sobre a cidade. A segunda mudança se deu, portanto, em termos de direitos. A nova subjetividade das classes trabalhadoras como produtoras e consumidoras da vida urbana respaldou a exigência de novos direitos: direitos de contribuidor à cidade, como os defino. Tais direitos incluem novas proteções ao consumidor, que se tornaram um importante componente civil da cidadania nos anos 1990. Mas seu significado é muito mais abrangente: eles constituem uma alternativa real ao tipo de privilégio que tem sido há séculos o regime de cidadania brutalmente desigual do Brasil.

Ao promover as realizações de consumo das classes trabalhadoras e seu correlato na produção da cidade, Lula transmite a seu eleitorado e repete para o país essas transformações autoconstruídas da subjetividade e da cidadania. O fato de suas gestões terem se atolado numa corrupção e numa impunidade profundas, justificando-as como forma de garantir o poder de governar, é outra questão — ainda que trágica — que vou examinar mais adiante.

Mas, naquela noite de outubro, sua eleição afirmou o corpo e o espírito dessa complexa autoconstrução, sintetizando a força nacional sem precedentes em que se transformaram as periferias. Em poucas décadas, as classes trabalhadoras urbanas construíram uma força cívica capaz de bater forte naquele Brasil ainda dominante em que a norma histórica da cidadania promove exclusão, desigualdade, ilegalidade, violência e a lógica social do privilégio e da deferência como bases do pertencimento à nação. O desenvolvimento das periferias urbanas

autoconstruídas resultou, assim, num confronto entre duas cidadanias, uma insurgente e outra entrincheirada.

Este livro analisa o emaranhado entre as duas com base em três tipos de argumento. O primeiro analisa a trajetória histórica da cidadania brasileira como uma combinação de dois fatores. Um deles é a cidadania formal, fundada em princípios de incorporação ao Estado-nação; o outro é a distribuição substantiva dos direitos, significados, instituições e práticas envolvidos na afiliação daqueles considerados cidadãos. Tal combinação produz uma formulação específica, que diferenciou o Brasil de outros países no estágio da formação dos Estados nacionais nos séculos XVIII e XIX no mundo: ela gerou uma cidadania nacional que, desde o início, era universalmente includente na incorporação e maciça-mente desigual na distribuição. Essa cidadania includente e desigual foi bastante coerente na manutenção de seus princípios tanto de incorporação como de distribuição desde o começo do Estado brasileiro, há quase duzentos anos.

Essa formulação de cidadania usa diferenças sociais que *não são* as bases da incorporação nacional — sobretudo diferenças de educação, propriedade, raça, gênero e ocupação — para proporcionar tratamentos diferentes para categorias diferentes de cidadãos. Por isso, gera uma gradação de direitos entre eles em que a maioria dos direitos está disponível apenas para tipos específicos de cidadãos e é exercida como privilégio de categorias sociais específicas. Defino-a, portanto, como uma cidadania diferenciada, que usa essas qualificações sociais para organizar suas dimensões políticas, civis e sociais e para regular sua distribuição de poderes. Esse esquema de cidadania é, em resumo, um mecanismo de distribuição de desigualdade. As cidadanias não criam diretamente a maioria das diferenças que usam. Elas são, antes, os meios fundamentais pelos quais os Estados-nações reconhecem e administraram algumas diferenças como sistematicamente proeminentes, ao legitimá-las ou igualá-las para propósitos diversos. Em geral, um regime de cidadania legitima e iguala diferenças ao mesmo tempo, e suas combinações específicas lhe conferem um caráter histórico. A formulação brasileira iguala as diferenças sociais no que se refere à afiliação nacional, porém legaliza algumas dessas diferenças como bases para distribuir de maneira diferencia- da direitos e privilégios entre os cidadãos. Assim, no início da República, ela negava educação como um direito do cidadão e usava o alfabetismo e o gênero para restringir a cidadania política. Ao legalizar essas diferenças, ela consolida suas desigualdades e as perpetua em outras formas por toda a sociedade.

Devido a essa perpetuação, foram negados direitos políticos à maioria dos brasileiros, que tiveram seu acesso à propriedade fundiária limitado, foram forçados a condições de residência segregadas e muitas vezes ilegais, postos à margem da lei e reduzidos a trabalhar como serviços. Tais discriminações não resultam da exclusão dos brasileiros da própria cidadania. Se fosse esse o caso, seria difícil explicar o seu sentimento de pertencimento à nação. Em vez disso, eles são discriminados por fazerem parte de certas espécies de cidadãos. A pergunta que eu faço, portanto, é a que espécies eles pertencem e como a aplicação de um tipo específico de cidadania gera essas discriminações. A cidadania que marca diferenças que identifico aqui não é a representação arcaica do Brasil antigo; enfatizo que esse é um aspecto que continua dominante na modernidade brasileira. Na verdade, um dos meus objetivos é explicar a persistência dessas desigualdades.

Meu segundo argumento é que desde os anos 1970 as classes trabalhadoras do Brasil vêm articulando uma formulação diferente de cidadania, depois que se mudaram para as cidades e formaram periferias urbanas. Essa urbanização as transformou. Elas foram atraídas pelas cidades brasileiras que se industrializavam e se tornaram a nova força de trabalho de uma sociedade e de uma economia urbanas e modernas. Mas, quando desenvolveram os centros das cidades para se tornar as capitais modernizadas desse novo Brasil (figura 1.1), as elites nacionalizantes expeliram os trabalhadores pobres e os forçaram a morar em regiões distantes e subdesenvolvidas. Lá, eles viveram em condições precárias e ilegais (figuras 1.2 e 1.4). Tiveram de construir suas próprias casas, se organizar para conseguir serviços básicos e lutar para manter suas casas em meio a diversos conflitos, frequentemente violentos, pela propriedade dos imóveis. Ainda assim, em algumas décadas eles urbanizaram esses bairros e melhoraram de forma notável suas condições de vida (figuras 1.3 e 1.5). Além disso, como os moradores passaram décadas transformando barracos em casas de alvenaria mobiliadas, decoradas e bem-acabadas, essa autoconstrução se tornou um domínio de elaboração simbólica. Ela expressa narrativas coletivas e igualitárias do estabelecimento das periferias e narrativas individuais de realizações desiguais (figuras 1.6 e 1.7). Dessa forma, a autoconstrução transformou as periferias em espaço de futuros alternativos, produzidos nas experiências de se tornar proprietários, de organizar movimentos sociais, de participar de mercados consumidores e de fazer julgamentos estéticos sobre as transformações das casas.